

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023

ATA Nº 01

APROVADA POR  
MAIORIA COM 1 VOTO  
CONTRA OS PS.

Sessão de 28/04/2023  
A Mesa,

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu carta de renúncia ao mandato da Deputada Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro e, assim, deu posse ao cidadão António João Bragança Birra.

A Segunda-Secretária da Mesa, Liliana Patrícia Santos Jacinto fez a leitura da Ata da Tomada de Posse do Deputado António João Bragança Birra.

Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Vítor Manuel Palmela Fidalgo, Presidente da Assembleia Municipal, Eduardo António Martins Costa, José Agostinho Rodrigues Santana (em regime de substituição), Laura Maria Chané Santos, Inês Sofia Costa Freitas, João Miguel Martins Gomes de Almeida, Mário Filipe Rebelo Alexandre, Primeiro-secretário da Mesa, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Filipe Acácio Loureiro Antunes, António João Bragança Birra, Luzia Maria Carvalho Maurício, Duarte Manuel Roberto Dimas, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias, José Miguel Raimundo Pereira Guerreiro (em regime de substituição), Ana Rita Martins Tavares (em regime de substituição), Miguel Luís Mendes Saraiva Lima, Liliana Patrícia Santos Jacinto, Segunda-Secretária da Mesa, Ana Paula Vinagre Júlio, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Ana Helena Carvalho da Silva, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal, José Luís Rodrigues Gonçalves (em regime de substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Torrão), Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente, Vera Lúcia da Silva Letras, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal Geraldo e Mara Eloisa Pimentas Marques.

34 Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Manuel Fernando da Silva Rocha, Hortêncio  
35 José Vicente de Sousa, Sofia Isabel Rebelo Carvalho, Hélder Manuel Telo Montinho, tendo os  
36 mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

37

38 Pelas vinte horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos trabalhos,  
39 tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período antes da  
40 ordem do dia:

41

42 Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como  
43 reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte  
44 integrante.

45

46 De seguida procedeu-se à análise e votação das atas:

47 - **Sessão ordinária realizada em 23 de setembro de 2022.**

48 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 2 votos contra de Deputados do PS.**

49

50 - **Sessão ordinária realizada em 19 de dezembro de 2022.**

51 **Intervenções:**

52 O Deputado Eduardo Costa solicitou a correção de duas gralhas e entregou uma proposta de  
53 alteração das mesmas.

54 O Presidente da Assembleia colocou a ata a votação com as correções solicitadas.

55 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

56

57 O Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa duas Moções, a **Moção “Escola**  
58 **Pública”**, apresentada pela Bancada do PS e a **Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher –**  
59 **um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida”** apresentada pela  
60 Bancada da CDU.

61

62 O Deputado Eduardo Costa propôs à Mesa que fosse feito 1 minuto de silêncio em homenagem às  
63 vítimas da guerra da Ucrânia, que teve o seu início há 365 dias.

64 O Presidente da Assembleia concordou e foi feito um minuto de silêncio, em homenagem às  
65 vítimas da Ucrânia.



66 **A Moção “Escola Pública”**, apresentada pela Bancada do PS, foi lida pelo Deputado Eduardo  
67 Costa, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma  
68 fazendo parte integrante.

69 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

70 **A Moção “Escola Pública”, foi aprovada por unanimidade.**

71

72 **A Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher – um símbolo da luta das mulheres em defesa**  
73 **dos seus direitos, na lei e na vida”**, apresentada pela Bancada da CDU, foi lida pela Deputada  
74 Luzia Carvalho, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da  
75 mesma fazendo parte integrante.

76 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

77 **A Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher – um símbolo da luta das mulheres em defesa**  
78 **dos seus direitos, na lei e na vida”**, foi aprovada por unanimidade.

79

80 **Interpelação ao Executivo:**

81 O Deputado Eduardo Costa fez uma interpelação à Mesa referindo que sugeriu a distribuição de  
82 uma pen a todos os Deputado, propôs a alteração dos artigos 71º e 73º do Regimento e disse que  
83 a Comissão de Acompanhamento e Monitorização, nomeada há mais de um ano, ainda não  
84 começou a trabalhar.

85 O Deputado Eduardo Costa referiu que, na sessão anterior, em relação à redução de 4% para 3%  
86 do benefício municipal em sede do IRS, foi referido que esse valor não era um acréscimo  
87 significativo, era cerca de 90 cêntimos por família. O Deputado Eduardo Costa apresentou um  
88 quadro com situações reais e comparativas dos diferentes agregados familiares na devolução do  
89 benefício municipal no concelho de Alcácer do Sal em 2021, que segundo a proposta do PS com a  
90 alteração de 4% para 3% o benefício iria dos 23€ até aos 192€. Referiu que, uma simulação com 2  
91 titulares e 2 dependentes com base no rendimento médio de 2019, verifica-se que o benefício foi  
92 de 15,72€ e segundo a proposta do PS seria de 31,44€. Acrescentou que, das 19 Câmaras  
93 Municipais de gestão CDU, 1 atribui um benefício de 2,5%, 3 atribuem um benefício de 1%, que é o  
94 caso da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e 15 atribuem 0%.

95 O Deputado Eduardo Costa disse que, quando discutiram as grandes opções do plano e  
96 orçamento, votaram contra e disseram que a verba para as famílias era mínima, o que  
97 comprovaram no último relatório onde vem referido que o apoio a famílias socialmente vulneráveis  
98 foi de 30/35 € por família por mês nos meses de dezembro e janeiro. Questionou se esse valor não  
99 será uma migalha.

100 O Deputado José Santana saudou a luta dos trabalhadores no setor público e privado, pensionistas  
101 e população em geral, que exigem melhores salários, mais direitos, melhores serviços públicos e  
102 por melhores condições de vida e de trabalho.

103

104 O Deputado João Almeida alertou para a degradação do piso na Avenida dos Aviadores, na zona  
105 em frente ao Tribunal e na zona da faixa interna de estacionamento. Questionou se o executivo  
106 prevê fazer alguma intervenção ou vai esperar pelo projeto de renovação da Avenida.

107

108 O Deputado José Guerreiro referiu que, em novembro do ano passado, foi apresentado o plano  
109 ferroviário nacional, que se traduzia no melhoramento da rede ferroviária a médio e a longo prazo,  
110 com intenções promissoras, mas que infelizmente não passam disso. Disse que, não existindo  
111 previsão para que o transporte ferroviário de passageiros volte a passar por Alcácer do Sal  
112 questionou que ações pode o executivo tomar, ou as que já tomou, para reverter essa situação.

113

114 O Deputado Ricardo Campos referiu que com a transferência de competências também estão a  
115 transferir os encargos dos edifícios. Questionou como está a situação do edifício do Lar de  
116 Estudantes que se está a degradar devido à pouca utilização.

117

118 O Deputado Filipe Antunes questionou se o resultado da candidatura que o executivo fez em Foros  
119 de Albergaria foi positiva. Solicitou informações sobre o Centro Náutico do Torrão.

120

121 O Presidente da Assembleia em relação às questões do Deputado Eduardo Costa disse que a  
122 questão da pen está a ser tratada e será uma realidade. Sobre a alteração do regimento solicitou o  
123 envio de uma proposta de alteração para que seja inserida nos pontos da ordem do dia.  
124 Relativamente à questão sobre a Comissão disse, que aguarda que os integrantes da Comissão  
125 transmitam à Mesa uma data, para poder marcar uma reunião.

126 O Presidente da Assembleia referiu que, na última sessão foi entregue uma declaração política,  
127 que tem três questões que são imprecisas e devem ser esclarecidas. A primeira questão, sobre a  
128 não realização da sessão extraordinária do debate sobre o estado do Município, esclareceu que  
129 esse requerimento foi indeferido e foi justificado. A segunda questão, em relação ao não  
130 pagamento das senhas de presença da tomada de posse da Comissão, informou que essa  
131 situação está tratada, não é uma questão política, é técnica e o Deputado Eduardo Costa pode  
132 contactar os técnicos sempre que tiver alguma questão desse género. A terceira questão, sobre o



133 número de elementos da Comissão, referiu que essa situação foi justificada na altura, porque a  
134 Comissão foi aprovada com o anterior Regimento que não previa um número ímpar.

135

136 A Deputada Ana Helena Silva referiu que, mesmo não sendo período de verão, continua a haver  
137 acumulação de lixo depositado perto dos baldes do lixo e dos ecopontos em vários locais da  
138 cidade, sendo necessário encontrar solução para essa situação. Disse que, é preciso arranjar  
139 solução para a falta de iluminação na cidade, porque há ruas onde a iluminação é apenas a luz dos  
140 estabelecimentos comerciais em funcionamento.

141

142 O Deputado Arlindo Passos questionou se o Presidente tem informações sobre as medidas para a  
143 habitação anunciadas pelo Governo.

144

145 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que, o Governo PS, nos orçamentos que tem apresentado tem  
146 dito que nunca foi tanto dinheiro investido do sistema nacional de saúde, mas não se vê esse  
147 investimento e assistem a uma degradação constante do mesmo no concelho e na região do Litoral  
148 Alentejano. Disse que são necessárias obras no exterior do edifício do Centro de Saúde de Alcácer  
149 do Sal.

150

151 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do  
152 executivo permanente para responderem às questões colocadas.

153 O Presidente da Câmara em relação à questão colocada pelo Deputado Eduardo Costa sobre o  
154 IRS, disse que a avaliação feita levanta uma questão metodológica, porque deveria ter colocado o  
155 universo das situações e não só alguns casos. Recordou que, há uma componente do IRS de cada  
156 pessoa ou agregado na ordem de 5% em receita dos Municípios, que deliberam a percentagem  
157 que é arrecadada para o Município e uma parte significativa de Municípios arrecadam 5%, o  
158 Município de Alcácer do Sal arrecada 4%, ficando 1% para as famílias, que corresponde a cerca de  
159 90 cêntimos em média.

160 Relativamente à questão sobre os apoios sociais, colocada pelo Deputado Eduardo Costa, o  
161 Presidente referiu que, no Litoral Alentejano, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal é a que dá  
162 apoios sociais mais significativos. Recordou que, há pouco tempo a Câmara deliberou a  
163 manutenção dos valores dos tarifários, apesar de o Governo e a ERSAR pressionarem os  
164 Municípios para aumentar os valores nos tarifários.

165 O Presidente sobre a questão do Deputado João Almeida relativa à Avenida dos Aviadores, disse  
166 que o problema está identificado pela rede viária e que oportunamente será feita uma intervenção.

167 Relativamente à questão do Deputado José Guerreiro, o Presidente referiu que o Plano Ferroviário  
168 não tem um plano de investimentos, é um traçado de linhas, não tem compromissos quanto a  
169 investimentos e coloca 2050 como prazo previsível. Disse que, a zona do Litoral Alentejano perdeu  
170 o comboio de alta velocidade e há um conjunto de linhas onde vai retomar o comboio regional,  
171 onde está Alcácer do Sal. O Presidente referiu que, o Presidente da CP, disse para pressionarem o  
172 poder político sobre essas questões.

173 Sobre a questão do Lar de Estudantes, colocada pelo Deputado Ricardo Campos, o Presidente  
174 disse que a Câmara Municipal mandou fazer uma avaliação ao imóvel, para sustentar a proposta  
175 do Município para que o Lar de Estudantes não continue naquele estado degradante, mas ainda  
176 não obtiveram respostas. Referiu que, todos se devem unir em relação a esta matéria, porque há  
177 um défice grande de edifícios e os edifícios do Tribunal e do Lar de Estudantes não estão a ser  
178 aproveitados.

179 Relativamente à questão colocada pela Deputada Ana Helena, sobre a falta de iluminação, o  
180 Presidente disse que a Deputada tem razão, está identificada essa situação e o executivo tem  
181 vindo a discutir os défices de luminárias dentro de alguns troços da cidade e já foi insistido junto da  
182 E-REDES a necessidade do reforço da iluminação.

183 Em relação à questão da habitação, colocada pelo Deputado Arlindo Passos, o Presidente disse  
184 que o documento que o Governo anunciou, revela que há um problema grave de habitação em  
185 Portugal, com falta de respostas do estado relativamente à habitação e com centenas de milhares  
186 de habitações que não estão devidamente ocupadas. Acrescentou que, essas medidas não  
187 combate a especulação, permitindo mais valias relativamente a transações e não coloca um travão  
188 nas questões dos spreads e nos encargos para as famílias.

189 Sobre a questão da saúde colocada pelo Deputado Jacinto Vinagre, o Presidente disse que a  
190 situação é muito grave no concelho de Alcácer do Sal e em todo o Litoral Alentejano. Referiu que, o  
191 Serviço de Emergência Básica de Alcácer do Sal, funciona 24 horas, mas essa situação pode estar  
192 em perigo porque 3 médicos, que fazem a urgência hospitalar, já ultrapassaram o limite de idade  
193 há muitos anos e dentro de pouco tempo podem sair. O Presidente alertou também, para a  
194 quantidade de prestadores de serviços que tem o Hospital do Litoral Alentejano.

195  
196 A Vereadora Ana Soares em relação à questão da Deputada Ana Helena sobre a recolha de  
197 resíduos, referiu que a recolha é feita diariamente em Alcácer do Sal, existem outros circuitos com  
198 uma periodicidade diferente e existe necessidade de reforçar e encontrar novas estratégias para  
199 incentivar as pessoas a terem comportamentos mais adequados. A Vereadora informou que, vão  
200 iniciar no segundo semestre de 2023, um projeto piloto na zona do Laranjal, fazendo recolha porta



201 a porta dos bio-resíduos, recicláveis e resíduos indiferenciados, retirando os contentores do espaço  
202 público e cedendo 4 contentores para cada família, para fazer a recolha porta a porta de acordo  
203 com a tipologia de resíduos.

204

205 A Vereadora Vera Letras sobre a questão do Deputado Eduardo Costa, sobre os apoios sociais,  
206 disse que não são migalhas e que nessa tabela vem refletido os pedidos feitos em atendimento da  
207 ação social para uma resposta imediata rápida. Acrescentou que, a intervenção social da Autarquia  
208 não se esgota nesses subsídios, porque o Município em conjunto com as entidades tem parcerias e  
209 resolve muitas outras questões sociais, apoia 16 instituições, cedendo também transportes quando  
210 a saúde não consegue responder a esses pedidos. Disse que todos esses apoios totalizam  
211 227.474 mil euros.

212

213 O Deputado António Birra, em nome de vários utentes da EN 543, questionou para quando a  
214 conclusão da intervenção na mesma, que apesar de atualmente estar um pouco melhor, necessita  
215 de reparações em algumas zonas. Disse que, o executivo camarário reclama e bem à  
216 Infraestruturas de Portugal a reparação do troço Alcácer do Sal/Palma, mas não se pode exigir dos  
217 outros o rigor que não temos.

218

219 O Presidente da Câmara disse que, como foi reconhecido pelo Deputado António Birra, a estrada  
220 está um pouco melhor, mas não está o ideal, a rede viária tem identificada essa situação e será  
221 intervencionada de acordo com as prioridades. Referiu que, não se pode comparar uma estrada  
222 nacional onde passam cerca de 10 mil viaturas por dia com uma estrada, que também é  
223 importante, mas que tem um fluxo muito menor.

224

#### 225 **Intervenções do Público:**

226 No período de intervenção do público inscreveram-se o Sr. João Reis Mendes e a Sr.<sup>a</sup> Maria  
227 Antónia Mendes.

228 O Sr. João Reis Mendes, relativamente à questão que colocou na última sessão sobre a falta de  
229 pressão da água nos Foros de Albergaria, questionou se já contactaram a Águas Publicas do  
230 Alentejo, porque continua a não haver pressão na água.

231 Questionou se é possível colocar resguardos nos contentores em Albergaria, Foros de Albergaria e  
232 Castelo Ventoso iguais aos que há na cidade de Alcácer do Sal.

233 Referiu que, algumas paragens de autocarros ainda têm placas de amianto, nomeadamente há  
234 uma em Castelo Ventoso.

235 A Sr.<sup>a</sup> Maria Antónia Mendes questionou se o edifício do Tribunal já está registado e a quem  
236 pertence.

237 A Vereadora Ana Soares, relativamente à questão do Sr. João Reis Mendes, disse que as  
238 paragens foram todas substituídas há cerca de 3 semanas, à exceção da paragem de Castelo  
239 Ventoso, porque tiveram de colocar o abrigo que estava destinado a esse local, em outro local,  
240 devido a um acidente de viação e vão ter de adquirir um novo abrigo para colocar em Castelo  
241 Ventoso.

242 Sobre a questão dos resguardos, a Vereadora informou que a equipa de serralharia já fez a  
243 medição dentro da aldeia de Foros de Albergaria, vão optar pela colocação de uns braços  
244 metálicos para suportar os contentores e não vão ser iguais aos que estão em Alcácer do Sal  
245 porque o espaço público não o permite.

246 A Vereadora Ana Soares, em relação à questão da pressão da água, disse que contactaram a  
247 Águas Públicas do Alentejo, fizeram ensaios na rede e deterem algumas anomalias relacionadas  
248 com algumas ruturas, mas aquilo que foi medido está de acordo com a lei. Acrescentou que,  
249 alertou a Águas Publicas do Alentejo para fazer essas medições em alguns pontos estratégicos e  
250 estão a monitorizar o sistema de forma a garantir uma melhor qualidade do serviço.

251 O Vereador Manuel Vítor, em relação à questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Maria Antónia Mendes, disse  
252 que a Câmara desenvolveu um processo para o registo da edificação do Tribunal a favor da  
253 Câmara Municipal, que a conservadora não aceitou porque a edificação está registada em nome do  
254 património do Ministério da Justiça e o terreno é propriedade do Município. Acrescentou que, o  
255 edifício está praticamente abandonado, com serviços mínimos, não cumprindo as funções para o  
256 qual foi concebido e fazia muita falta à Câmara Municipal para servir a população.

257

258 **01 – Designação de representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Alcácer do Sal (Lei Nº**  
259 **147/99, de 1 de setembro);**

260 O Presidente da Assembleia questionou se as Bancadas têm algum nome a indicar para substituir  
261 a Prof.<sup>a</sup> Manuela Gagueija que informou que não iria renovar o seu mandato por motivos pessoais.

262 A Deputada Inês Freitas, da Bancada da CDU, propôs a Dr.<sup>a</sup> Marina Isabel Nunes Martins dos  
263 Mártires Perna.

264 O Deputado Eduardo Costa, da Bancada do PS, propôs também a Dr.<sup>a</sup> Marina Isabel Nunes  
265 Martins dos Mártires Perna.

266 A Votação foi efetuada por escrutínio secreto com 25 votantes.

267 - 25 votos – Lista “A”.

268 **Foi eleita a Dr.<sup>a</sup> Marina Isabel Nunes Martins dos Mártires Perna.**



269 **A informação referente ao relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e**  
270 **financeira do Município, do 1º semestre de 2022, foi posta à discussão para análise e**  
271 **conhecimento.**

272 **Intervenções:**

273 O Deputado João Almeida considerou que é um relatório pertinente, que quando for discutido o  
274 Relatório de Contas de 2022 será analisado mais em detalhe. Constatou que, nos relatórios  
275 existem sempre as mesmas três sugestões por parte do ROC, que possivelmente não são  
276 atendidas, porque se repetem sempre as mesmas sugestões e alertas.

277 O Presidente da Câmara disse que se trata de um relatório intermédio não sendo uma certificação  
278 e as três questões são, a valorização do património, um assunto em que o Município avançou  
279 muito, outra tem a ver com o pessoal que, por um lado é o aumento dos vencimentos dos  
280 funcionários e também o aumento de funcionários que entraram para o quadro e a outra temática  
281 que tem a ver com os bens que são do Município e estão afetos a concessões, um à E-Redes e  
282 outro à Águas Públicas do Alentejo e, nesses casos o Município não consegue obter os elementos  
283 para o ROC colocar na informação.

284 **Foi tomado conhecimento da informação.**

285 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
286 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

287

288 **A informação referente ao relatório anual de atividades e avaliação de 2022 da Comissão de**  
289 **Proteção de Crianças e Jovens de Alcácer do Sal, foi posta à discussão para análise e**  
290 **conhecimento.**

291 **Intervenções:**

292 O Deputado Eduardo Costa referiu que se trata de um relatório muito completo, deixando a  
293 preocupação do número muito elevado de famílias, crianças e jovens envolvidos. O Deputado  
294 questionou sobre a verba que o Município recebe e que por sua vez disponibiliza à CPCJ.

295 A Deputada Inês Freitas disse que é um relatório muito completo, dando uma visão muito  
296 detalhada do trabalho realizado e os números apresentados são muito preocupantes, porque o  
297 número de casos tem vindo a aumentar.

298 O Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Eduardo Costa, referindo que não tem valores,  
299 mas os apoios nunca falharam à CPCJ. O Presidente informou também que na última reunião da  
300 Comarca de Setúbal, o Sr. Procurador Coordenador da Comarca informou e chamou a atenção a  
301 alguns problemas de algumas CPCJ, dando como um bom exemplo a CPCJ de Grândola e a CPCJ  
302 de Alcácer do Sal.

303 A Deputada Laura Santos deu os parabéns aos elementos que compõem a CPCJ de Alcácer do  
304 Sal e referiu que a Comissão merece todo o respeito pela dedicação, trabalho e empenho  
305 demonstrado ao longo do tempo.

306 O Deputado Eduardo Costa disse que não se estava a referir às verbas de manutenção, pois essas  
307 são entregues sempre que necessário. O Deputado considerou importante solicitar, que na próxima  
308 sessão da Assembleia ou quando for possível, uma audição por parte da Presidente ou da  
309 Secretária da CPCJ, de forma a perceber as dificuldades da mesma, respeitando o sigilo que  
310 envolve esses processos.

311 **Foi tomado conhecimento da informação.**

312 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
313 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

314

315 **A proposta referente à reclamação de designação de júri do procedimento concursal para**  
316 **provimento no cargo de direção intermédia - artigo 184º do Código do Procedimento Administrativo**  
317 **foi posta à discussão para análise e votação.**

318 **Intervenções:**

319 O Deputado Eduardo Costa disse na fundamentação da proposta houve um engano na data do  
320 parecer do jurista e há duas datas que não foram referidas, a data da abertura do concurso e a  
321 data da Assembleia Municipal onde foi aprovada a constituição do júri. Solicitou esclarecimentos  
322 sobre as duas datas referidas.

323 O Presidente da Assembleia disse que essa questão está em ata, que é pública, mas poderá fazer-  
324 lhe chegar a mesma.

325 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS**  
326 **e 1 abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

327 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
328 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

329

330 **A informação referente à declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2022,**  
331 **declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022 e declaração de recebimentos em**  
332 **atraso existentes a 31/12/2022, foi posta à discussão para análise e conhecimento.**

333 **Foi tomado conhecimento da informação.**

334 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
335 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

336



337 **Feita a introdução à proposta referente à 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023,**  
338 **por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação.**

339 Intervenções:

340 O Deputado Eduardo Costa referiu que estas alterações são novas para todos, mas também é um  
341 hábito as constantes alterações do mapa de pessoal e também orçamentais, são opções deste  
342 executivo, que provavelmente não seriam de um outro executivo.

343 A Deputada Inês Freitas referiu que esta alteração reflete mais do que opções, reflete os  
344 condicionamentos da transferência de competências, quando a Autarquia é obrigada a proceder a  
345 ajustamentos que se refletem a vários níveis, entre eles os recursos humanos, mostrando a  
346 versatilidade que o executivo consegue adotar perante as exigentes alterações, tendo sempre  
347 como prioridade as pessoas e a salvaguarda das suas condições de trabalho.

348 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS**  
349 **e 1 abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

350 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
351 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

352

353 **Feita a introdução à proposta referente à Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Casebres, por**  
354 **parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação.**

355 Intervenções:

356 A Deputada Inês Freitas referiu que é uma estratégia e uma opção do executivo, que tem vários  
357 objetivos, sendo o principal a reabilitação urbana, contribuindo para o aumento da fixação da  
358 população e será a partir desses pontos que se consegue o desenvolvimento do concelho.

359 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

360 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
361 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

362

363 O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que as duas propostas seguintes  
364 fossem apresentadas em conjunto, para serem discutidas em conjunto e votadas em separado.

365

366 **Feita a introdução à proposta referente ao aditamento do contrato de delegação de competências**  
367 **entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas do Torrão, por parte da**  
368 **Vereadora Vera Letras, foi posta à discussão para análise e votação.**

369 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

370 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

371 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
372 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

373

374 **Feita a introdução à proposta referente ao aditamento do contrato de delegação de competências**  
375 **entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, por**  
376 **parte da Vereadora Vera Letras, foi posta à discussão para análise e votação.**

377 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

378 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

379 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
380 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

381

382 **A proposta referente à alteração da tabela de custas em processos de contraordenação, foi posta à**  
383 **discussão para análise e votação.**

384 Não havendo intervenções, o Presidente colocou a proposta a votação.

385 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

386 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
387 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

388

389 **Feita a introdução à proposta referente à prorrogação do prazo para a concretização da**  
390 **transferência de competências no domínio da ação social, por parte do Presidente da Câmara, foi**  
391 **posta à discussão para análise e votação.**

392 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

393 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 abstenções do PS e**  
394 **1 voto a favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

395 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
396 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

397

398 **A informação referente ao relatório de atividades, foi posta à discussão para análise e**  
399 **conhecimento.**

400 **Foi tomado conhecimento da informação.**

401 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
402 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

403

404 **A ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

405 À presente sessão corresponde a gravação n.º 01/2023 arquivada nos serviços da Assembleia  
406 Municipal.

407 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte  
408 e duas horas e quarenta minutos, do dia vinte e quatro de fevereiro do ano dois mil e vinte e três.


409 Nós, Nuno Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes técnicos,  
410 redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal,




---

Os Assistentes Técnicos



---



---



ALCÁÇES DA  
DELIBERAÇÃO

APROVADA POR  
UNANIMIDADE

## MOÇÃO – Escola Pública

Sessão de 24/02/2023  
A Mesa.

A Escola Pública, tal como o Poder Local Democrático, tem-se constituído como uma das mais importantes conquistas de Abril, contribuindo em diferentes vertentes, para o desenvolvimento do País, como um todo coeso, dando força a um povo resiliente que, nas suas gentes mais novas tem uma das suas maiores riquezas e, sobretudo, perspetiva de futuro. O acesso à Escola é hoje uma realidade possível de concretizar por todos os portugueses.

Neste particular momento agitado da vida da Escola Pública importa começar por saudar todos aqueles que, ao longo deste quase meio século de liberdade trazida por Abril, a construíram e afirmaram nos territórios educativos, os professores, o pessoal técnico, os assistentes operacionais e administrativos que, com os seus desempenhos, contribuem para mais e melhor Educação e para que Portugal seja hoje uma referência internacional.

Assim sendo, é preciso reconhecer os avanços e as políticas que, nomeadamente nos anos mais recentes, se têm vindo a desenvolver, com impactos estruturantes através de múltiplos projetos de inovação com vista a modernização e flexibilização curricular, autonomização das escolas, facilitação da partilha de práticas entre escolas, alargamento das áreas de ensino público, melhoramento dos instrumentos de avaliação, reforço da digitalização da educação, acesso a manuais escolares gratuitos, reforço das práticas de inclusão, desbloqueamento da contagem de tempo de serviço e recuperação de parte do tempo de serviço congelado, bem como o aumento do número de vagas do quadro.

Conscientes de que as sequelas das crises financeiras anteriores não sararam completamente importa, no entanto, reconhecer que é determinante a valorização das carreiras dos docentes e dos não docentes, o fim das vagas na progressão e das quotas na avaliação relacionadas com o acesso aos 5º e 7º escalões na carreira docente, o combate à precariedade docente através de um modelo de vinculação dinâmica, a desburocratização total na educação, a correção das ultrapassagens na carreira e nos concursos, a redefinição territorial dos chamados Quadros de Zona Pedagógica, que se traduza numa efetiva aproximação da residência de cada um dos profissionais, o regresso a um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos de educação, a alteração do atual regime de mobilidade por





especificidades de outras carreiras ligadas à resposta educativa nacional, nomeadamente do pessoal técnico, assistentes operacionais e pessoal administrativo.

Assim, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal estão solidários com a luta dos profissionais de educação e consideram absolutamente relevante que, no decorrer da atual ronda negocial, entre os sindicatos dos docentes e o Governo, se consiga, com abertura, com consciência dos constrangimentos do País, mas também das reais necessidades dos profissionais, percorrer caminho, justo e correto, no sentido de ir ao encontro das necessidades e justas reivindicações dos profissionais de educação.

Depois de votada e aprovada, desta moção, deve ser dado conhecimento a:

- . Sua Excelência, o Ministro da Educação
- . Assembleia Intermunicipal da CIMAL
- . Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal
- . Agrupamento de Escolas do Torrão
- . Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal
- . Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Torrão
- . Comunicação Social local e regional

**O Grupo Municipal do PS**

**Assembleia Municipal de Alcácer do Sal**

# CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
ALCÁÇER DO SAL  
DEFEBR/23

APROVADA POR  
UNANIMIDADE

Sessão de 24/02/2023  
Álvaro

## Moção

### **8 de Março: Dia Internacional da Mulher – um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida .**

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então, é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.



A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da Autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da Igualdade.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

- a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;
- b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização da participação das mulheres ao longo da história do Concelho, dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril;
- c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação, a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência;
- d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica;

- e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é *«Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar»* realizando pelo sétimo ano consecutivo a *Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de Março, no Porto e a 11 de Março em Lisboa.*

A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Alcácer do Sal, à CIG, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-Inf; ao Movimento Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho de Alcácer do Sal; às instituições que integram a Rede Social e as Comissões Sociais de freguesia.

Alcácer do Sal, 24 de Fevereiro de 2023

Os Eleitos da CDU